
Ocupações urbanas de Londrina-Pr e as migrações internas*

Lirian Melchior**
Alice Yatiyo Asari***

Resumo

Neste trabalho, estudamos as questões ligadas a urbanização em áreas periféricas de Londrina, relacionadas aos deslocamentos populacionais. Consideramos que estes dois fatos são faces de um problema que vêm penalizando a população destituída de meios adequados para sua sobrevivência, fruto das conjunturas econômica, social e política assumidas pelo Estado brasileiro. Tivemos como objetivos estudar as formas de inserção dos assentamentos urbanos em Londrina, assim como sua gênese e as condições de vida nestes espaços. Também, analisamos o processo migratório nestas áreas, investigando a trajetória de vida das famílias, tendo em vista as motivações e os fatores condicionantes dos deslocamentos populacionais para que pudéssemos compreender o processo de liberação de mão-de-obra do campo, comandada pela modernização agrícola e suas ligações com o intenso crescimento de áreas urbanas de porte médio do Norte do Paraná. Londrina, é uma cidade que se urbanizou muito rapidamente; sendo assim, o preenchimento das áreas periféricas da cidade deu-se em todos os sentidos e, também, a conseqüente proletarização da área, apresentando condições de vida bastante precárias. Portanto, entendemos que o processo migratório se insere num contexto amplo, porém, há peculiaridades decorrentes das diferentes posturas político-econômicas assumidas pelo Estado, num período histórico determinado.

Palavras-chave: migrações internas, ocupações urbanas, poder público

URBAN OCCUPATIONS IN LONDRINA – PR. AND THE INTERNAL MIGRATIONS

Abstract

In this work we have studied the issues concerning urbanization in the outskirts of Londrina in relation to populational displacements. We have considered that these two factors are the facets of a problem which is affecting the population with lack of adequate means for their survival, as a result of the economic, social, and political context of the Brazilian state. Our objective was to study the forms of insertion of the urban settlements in the city of Londrina as well as their genesis and the life conditions in these areas. We also analyzed the migration process in these areas, tracing the families life history in face of motivation and conditioning factors for populational displacements, in order to understand the process of rural labor force liberation as governed by agricultural modernization, and its connections with the intense growth of the urban areas in the medium-sized cities of Northern Paraná. Londrina is a city which underwent a very fast process of urbanization thus having its outskirts filled in every sense, with a consequent proletarianization of the area and very precarious life conditions. We understand, therefore, that the migration process is part of a wide context with peculiarities which have resulted from different economic and political attitudes taken by the State in a given historical period.

Key words: internal migrations; urban occupations; public power

* Pesquisa realizada nos anos de 1998 e 1999 com financiamento do CNPq.

** Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – campus de Presidente Prudente-SP. e-mail: lirianmelchior@hotmail.com

*** Profa. Doutora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: yasari@ldapalm.com.br

INTRODUÇÃO

Discutimos, neste artigo, as questões ligadas a urbanização em áreas periféricas de Londrina, relacionadas aos deslocamentos populacionais, os quais consideramos serem dois fatos que representam faces de um problema que vêm penalizando a população destituída de meios adequados para sua sobrevivência.

As transformações capitalistas no campo (mecanização e mudança de culturas), aliadas à atração ideológica exercida pelas cidades, provocaram um fluxo migratório das populações rurais em direção aos centros urbanos. A partir dos anos setenta, a mecanização do campo se intensifica, ocasionando uma redução da necessidade de mão-de-obra, fruto das modificações nas relações de produção e da falta de incentivos governamentais para pequenos produtores, implicando na “expulsão” da população rural, que sem muitos recursos e opções, se dirigem para a periferia¹ das cidades.

Londrina, localizada no Norte do Paraná, é um município que se urbanizou muito rapidamente; seu núcleo urbano foi projetado para uma população de 20 mil habitantes (em 1934) e possui, atualmente, uma população de 447.065 habitantes (IBGE, 2000). Sendo assim, o preenchimento das áreas periféricas da cidade deu-se em todas as direções com características muito variadas. Em Londrina, há 54 áreas com condições de moradias precárias, sendo constituídas de ocupações, assentamentos e favelas (ver quadro 1).

Quadro 1. FAVELAS, ASSENTAMENTOS E OCUPAÇÕES DE LONDRINA.

Em pesquisa de campo realizada junto aos assentamentos urbanos² de Londrina procuramos

Quadro 1. FAVELAS, ASSENTAMENTOS E OCUPAÇÕES DE LONDRINA.

Uso do solo	N.º de localizações
Favelas urbanizadas (áreas aptas a serem regularizadas)	12
Favelas urbanizadas (áreas regularizadas)	2
Assentamentos (áreas aptas a serem regularizadas)	12
Assentamentos (áreas regularizadas)	1
Ocupações irregulares	22
Ocupações irregulares (áreas particulares)	4
Total	54

Fonte: Cobab (Companhia de Habitação de Londrina), maio de 1999

Org.: Melchior e Assari

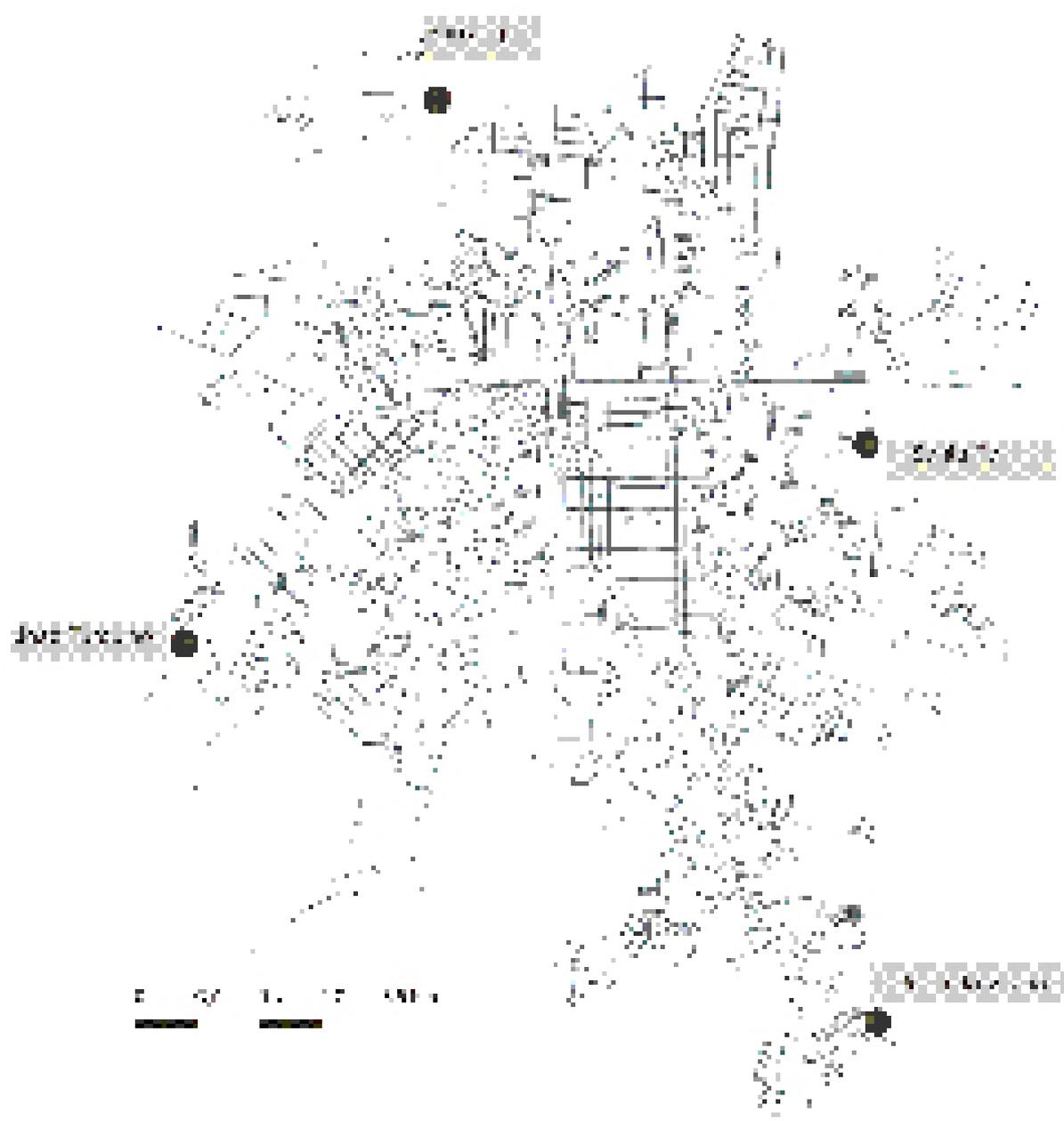
analisar: -as formas de sua inserção no conjunto da cidade; -as condições de vida nestes espaços; -o processo migratório pelo qual passaram as famílias entrevistadas. Tal análise, evidencia uma gradativa depreciação de sua qualidade de vida, desde seus locais de origem até chegarem aos assentamentos, onde as famílias entrevistadas se diziam muito satisfeitas por não terem de pagar aluguel, mesmo estando sujeitos a padrões de vida que podem ser considerados como subumanos.

Sendo assim, o movimento de luta pelo terreno próprio e pela casa própria em Londrina, tem sido intenso; pelo fato do governo municipal legalizar e assentar cada vez mais pessoas, a cidade se tornou atrativa, não por possuir um pólo industrial empregador de mão-de-obra, mas por estar proporcionando a garantia de um terreno, através do qual as famílias conseguem ultrapassar a barreira fundiária urbana, por outro lado, provocando um inchaço na cidade com conseqüências para todos os setores de atividades, pois

As cidades, onde tantas necessidades emergentes não podem ter respostas, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de solução. (SANTOS, 1998, p.11)

Desta forma, entendemos que o processo de segregação/exclusão intensifica-se cada vez mais, fruto de um processo de urbanização espoliativo, em que grande parte da população (que se encontra desempregada ou possui baixos salários) encontra-se destituída dos benefícios urbanos, tendo que se dirigir a lugares com pouca ou nenhuma infraestrutura para garantirem sua moradia.

Localização dos Assentamentos



● Assentamento

— Estrada Rural

Fonte: Instituto Municipal de Geografia e Estatística, 2002

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DE SEUS MORADORES ENTREVISTADOS

Apresentação dos Assentamentos:

Entre as 54 áreas com condições de moradias precárias, escolhemos quatro assentamentos, diferenciados de acordo com a área onde se situam (ver figura 1), o ano de implantação e a forma como se encontram estruturados; são eles: União da Vitória I, Jardim João Turquino, Jardim Santa Fé e Jardim São Jorge. Para a realização desta pesquisa, foram realizadas entrevistas junto a dez moradores de cada assentamento selecionado, no ano de 1999.

Assentamento União da Vitória

O assentamento União da Vitória, localizado na porção sul de Londrina, é o mais antigo e, hoje, encontra-se dividido em seis setores. Foi objeto de análise apenas aquele que corresponde ao primeiro assentamento, legalizado em 1985 e junto com o União da Vitória II, contam com 1497 famílias. Os outros setores contam com 665 famílias e ainda não estão regularizados.

Por ser o mais antigo dos assentamentos, o União da Vitória I é o que está melhor estruturado, com energia elétrica, asfalto, água encanada, posto de saúde e escola com as séries iniciais (CAIC). Quanto às casas deste assentamento, ainda existem

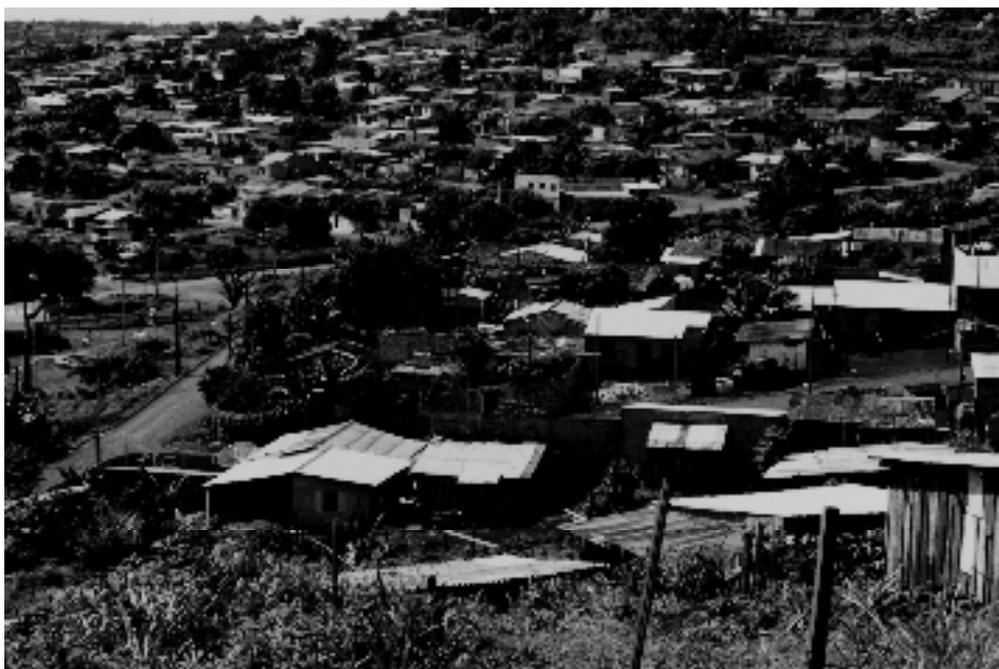
muitas em madeira, mas, percebemos que as construções originais eram menores e que houve uma gradativa ampliação das mesmas de acordo com as possibilidades e necessidades das famílias. As casas possuem áreas que variam entre os 40 m² e 60 m² e nota-se que as construções são maiores que as dos demais assentamentos.

Assentamento Santa Fé

O assentamento Santa Fé, é uma área considerada pela Cohab-Londrina como apta a ser legalizada e está localizada na porção leste de Londrina, conta com 356 famílias e foi implantado em 1992. Este assentamento, apesar de ter apenas sete anos, já apresenta algumas melhorias, possui escola de 1^a a 4^a séries (e de ensino fundamental e médio no loteamento vizinho), conta com luz elétrica, asfalto, água encanada, e as casas, em sua maior parte, são de alvenaria, tendo entre 25 m² e 50 m².

Assentamento João Turquino

O assentamento João Turquino também é uma área considerada pela Cohab-Londrina como sendo apta a ser regularizada, conta com 851 famílias e está localizado na porção oeste. Foi implantado em 1986 e continua recebendo moradores até hoje; isto acontece devido a ação da prefeitura em retirar as famílias de áreas irregulares (como dos fundos de vale) e levá-las para os assentamentos.



Vista parcial do Assentamento União da Vitória, Londrina – PR/1999

Autora: Asari, 1999



Vista parcial do Jardim Santa Fé, Londrina-PR./1999

Autora: Asari, 1999



Vista Parcial do Jardim João Turquino, Londrina-PR./1999

Autora: Asari, 1999

Está, ainda, em condições bastante precárias, pois não conta com posto de saúde nem escola, a água ainda possui instalação coletiva e as ruas não são asfaltadas. Quanto as casas, há tanto as de madeira como as de alvenaria, com áreas bastante variadas (de 10 m² a 50 m²). Segundo os moradores, existe um projeto da Prefeitura de substituir todas as casas de madeira por alvenaria.

Assentamento São Jorge

O assentamento São Jorge localiza-se na porção Norte da cidade de Londrina e é o que se encontra em condições mais precárias. Foi implantado em 1997 e conta com 743 famílias, sendo considerada pela Cohab-Londrina como uma área apta a ser regularizada. Neste assentamento não existe asfalto, a água encanada foi conseguida há um mês, não há escola nem posto de saúde, somente

uma promessa, feita pelos administradores locais no ano de 1998, de que até o final do mesmo ano estes dois serviços serão construídos. As casas são de madeira, bastante pequenas (em torno dos 25 m² a 40m²). Esta, também, é uma área que acolhe famílias transferidas de outras ocupações irregulares.

Todos os dados a respeito dos quatro assentamentos foram coletados na pesquisa de campo e na COHAB-LD (situação maio/1999), sendo que estas correspondem aos dados quantitativos, ou seja, número de pessoas que moram nos assentamentos, ano de implantação e situação do assentamento (regularizada ou não).

Dados dos Moradores

Durante a realização da pesquisa entrevistamos pessoas com idades entre 20 e 60 anos e 32% destas não chegaram a frequentar a escola, como demonstra a tabela abaixo:

Quanto a origem dos entrevistados, constatamos que 67,5 % das famílias vieram de municípios de pequeno porte do Paraná e, dentre estes, 22,5% nasceram na cidade de Londrina, evidenciando um processo de depreciação de seu nível de vida no interior da própria cidade.

Percebemos, nesta pesquisa, que grande parte da população encontra-se desempregada, e, justamente por isso, foram sendo excluídas do acesso as moradias comerciais dotadas de meios de consumo



Vista parcial do Jardim São Jorge, Londrina-PR./1999

Autora: Asari, 1999

Tabela 1. GRAU DE ESCOLARIDADE

Escolaridade	Número de pessoas	Percentual
1ª a 4ª série incompleto	11	27,5%
1ª a 4ª série completo	7	17,5%
5ª a 8ª série incompleto	6	15,0%
Ensino fundamental completo	2	5,0%
Ensino médio incompleto	1	2,5%
Não estudou	13	32,5%
Total	40	100%

Fonte: Pesquisa de campo, Londrina, 1999.

Org.: Melchior e Asari

coletivos dos bairros, por não poderem pagar aluguéis, dirigindo-se aos assentamentos; e aqueles que trabalham, geralmente, são responsáveis pela casa, sendo estas sustentadas com salários que variam entre R\$136,00 e R\$400,00 (ver tabelas 2 e 3).

Desta forma, afirmamos que as condições de vida dos moradores dos assentamentos são extremamente difíceis, pois, a deterioração salarial se traduz no rebaixamento do nível de vida das pessoas, portanto, do acesso aos benefícios urbanos.

Ao acirramento nas condições de remuneração soma-se um alto grau de rotatividade no trabalho o que gradativamente inviabiliza qualquer possibilidade de inserção nas formas convencionais de moradia na cidade. Portanto, baixos salários, desemprego, rotatividade e o desgaste a que está sujeita a força de trabalho – acrescidas do tempo de locomoção despendido nos transportes coletivos – são causas que direta ou indiretamente levam à favelização. (JACOBI, 1982, p.61)

TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA ATÉ CHEGAREM AOS ASSENTAMENTOS

A análise dos deslocamentos realizados pelos entrevistados, parte dos seus locais de nascimento até sua residência atual, nos assentamentos; porém, nem todos conseguiram reconstituir suas histórias de vida, informando-nos apenas os deslocamentos mais recentes. Contudo, identificamos que 67% deles vieram de áreas rurais e foram traçando seus caminhos passando por várias cidades e, também, por muitos bairros de Londrina.

A mecanização da agricultura, intensificada a partir dos anos 1970, acabou provocando um grande êxodo rural em todas as regiões do país, sendo que esta população passou a se dirigir aos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Martine coloca ainda que:

Por um lado, a concentração da propriedade de terra expulsou um grande número de pequenos agricultores, posseiros, proprietários, parceiros e arrendatários; como estas categorias de produto-

Tabela 2. OCUPAÇÃO DOS ASSENTADOS

Ocupação	Número de pessoas	Percentual
Do lar	22	55,0%
Desempregado	7	17,5%
Serviços gerais	7	17,5%
Dono de bar	2	5,0%
Pensionista	2	5,0%
Total	40	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, Londrina, 1999.

Org.: Melchior e Asari

Tabela 3. RENDA MENSAL DOS ASSENTADOS

Valor	Número de pessoas	Percentual
R\$ 136,00	4	36,3%
R\$ 240,00	2	18,1%
R\$ 272,00	1	9,0%
R\$ 340,00	1	9,0%
R\$ 400,00	1	9,0%
Não informou	2	18,1%
Total	11	100,0% ⁴

Fonte: Pesquisa de campo, Londrina, 1999.

Org.: Melchior e Asari

res eram justamente as que faziam uma utilização mais intensiva de mão-de-obra, uma parcela significativa da força de trabalho agrícola acabou sendo 'liberada' ao mesmo tempo. Paralelamente, a mecanização nos grandes estabelecimentos teve um efeito líquido negativo sobre a necessidade de mão-de-obra. Ou seja, o aumento da demanda por mão-de-obra proporcionado pela modernização verificou-se sobretudo na categoria de 'temporários'; no conjunto, a mudança tecnológica acabou expulsando contingentes significativos de trabalhadores. (MARTINE 1994, p.48)

A pesquisa demonstrou que as pessoas que partiram deixando as terras onde trabalhavam, colocaram como um dos fatores determinantes da falta de empregos a modernização do campo, pois, o trabalho que realizavam poderia ser feito por máquinas e em muito menos tempo. Assim, tanto aqueles que eram empregados (moradores do campo ou bóia-frias), os meeiros e parceiros, como os pequenos proprietários foram perdendo seus espaços para o avanço tecnológico que o campo passou a sofrer. Observamos que,

O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação. (SANTOS, 1998, p.10).

Sendo assim, as cidades passam por um crescimento acelerado, não acompanhado do desenvolvimento da infra-estrutura destinada à população. Com os fluxos populacionais que para elas se dirigem, ocorre a formação de favelas, cortiços e assentamentos que oferecem condições de vida precárias a esta população.

Nos assentamentos analisados, 95% dos moradores passaram por processos migratórios, seja do campo para a cidade ou de cidades menores para cidades maiores, mas, sempre em busca de melhores oportunidades. Porém, o processo de exclusão social se deu repetitivamente, sendo que as moradias eram deixadas por apresentarem, na maior parte dos casos, elevação nos valores dos aluguéis, que não acompanhavam as alterações

salariais. Estas pessoas, então, foram submetidas aos processos de marginalização em relação à sociedade, e como única alternativa lhes restou a ocupação da periferia, que segundo Santos (1998, p.10) é “um pólo da pobreza (a periferia no pólo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições subumanas”.

Até chegarem aos assentamentos, os moradores enfrentaram diversos deslocamentos; mesmo na cidade de Londrina, mudaram-se várias vezes de um bairro a outro, sempre impulsionados por ofertas de baixos aluguéis até chegarem ao seu limite e terem de se dirigir para os vazios⁵, iniciando invasões e ocupações que, posteriormente, foram legalizadas e se tornaram assentamentos urbanos.

CONDIÇÕES DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS

Com o processo de exclusão social, tais pessoas acabam sendo forçadas a morar nos assentamentos urbanos se quiserem permanecer nas cidades. Porém, aqueles que iniciaram a invasão do terreno, ou que chegaram logo no começo da implantação do mesmo, passaram por momentos muito piores do que vivem na atualidade. Além de terem de conviver com o problema da violência e de permanecerem constantemente inseguros, tiveram de suportar a falta de infra-estrutura da área, que lhes permitisse ao menos a dignidade de estarem usufruindo dos equipamentos urbanos. Os primeiros tempos de vida nos assentamentos são muito difíceis, pois, além das famílias estarem enfrentando os problemas de ordem habitacional, ainda são discriminadas e, muitas vezes, não conseguem empregos por viverem nestes locais.

Notemos que a precarização das condições de vida dos trabalhadores deve-se a fatores como a queda nos ganhos salariais, a deficiente ação do Estado no tocante a implantação e a manutenção de serviços públicos. Face a esta situação, essa população consegue sobreviver através de mecanismos informais, fora do âmbito da acumulação capitalista e da atuação direta do Estado. Assim sendo, no meio urbano, a auto-construção representa esse processo de equacionamento à situação vivenciada.

Desta forma, um único recurso que sobra a esta população é destinarem-se aos assentamentos, onde através de pequenas prestações cobradas pela Cohab, poderão se tornar proprietários do terreno e terem a garantia da casa própria. Dos assentamentos visitados, apenas um tinha informações sobre as prestações: os moradores teriam de pagar R\$ 26,00 por mês para possuírem o lote legalmente, porém, considerando-se que 17,5% da população dos assentamentos encontra-se desempregada, o pagamento destas prestações mostra-se praticamente impossível.

Uma forma utilizada pelos moradores dos assentamentos para a construção de suas casas é a auto-construção, onde os trabalhadores utilizam seu tempo livre para estarem construindo suas casas; afinal o cansaço físico compensaria o gasto econômico que teriam para que alguém construísse para eles.

Assim, a auto-construção, enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só tem energia física para oferecer a um sistema econômico que de per si já apresenta características marcadamente selvagens. (KOWARICK, 1993, p.65)

No assentamento João Turquino (uma das áreas de estudo), algumas casas foram, construídas com o auxílio da Prefeitura, que doou o material para os assentados; porém, este projeto está em fase

inicial, logo, não são todas as casas que passaram por esta reforma habitacional. Dentre as casas construídas nos assentamentos, 67% já são de alvenaria, porém, são pequenas e bastante precárias.

Outro aspecto analisado foi com relação aos equipamentos urbanos de uso coletivo existentes e o empenho das associações de moradores em conseguirem as melhorias para o assentamento.

Entre os consumos coletivos mais importantes no atual contexto histórico, destacam-se: abastecimento de água, luz, telefone, e a instalação de redes correspondentes, sistema viário e transporte coletivo; espaços coletivos de lazer e esporte, equipamentos e serviços de saúde, educação e habitação para as chamadas classes populares. (RODRIGUES 1989, p.20)

Nem todas as reivindicações são atendidas, mas a comunidade tem se mobilizado conseguindo a implantação de energia elétrica, asfalto, água encanada e rede de esgoto. O quadro, a seguir, procura mostrar quais são os aparelhos de uso coletivo que cada assentamento possui:

Londrina é uma cidade que possui vários terminais de transporte coletivo urbano de bairro, que operam de maneira integrada, possibilitando que os trabalhadores, mesmo tendo de utilizar dois ou três ônibus para chegar ao trabalho, paguem uma só passagem. No entanto, os moradores dos assentamentos, queixam-se da falta de transporte, porque são poucos os ônibus que passam pelo assentamento e estes estão sempre lotados. Os trabalhadores

Quadro 2. APARELHOS DE USO COLETIVO DOS ASSENTAMENTOS

Aparelhos de uso coletivo	União da Vitória	Santa Fé	São Jorge	João Turquino
Asfalto	Sim	Sim	Não	Não
Água encanada	Sim	Sim	Sim	Sim
Luz elétrica	Sim	Sim	Sim	Sim
Rede de esgoto	Não	Não	Não	Não
Escola de ensino fundamental	Sim	Sim	Não	Não
Escola de ensino médio	Não	Não	Não	Não
Posto de saúde	Sim	Não	Não	Não
Transporte coletivo	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Pesquisa de campo, Londrina, 1999.

Org.: Melchior e Assari

precisam acordar mais cedo para chegarem no horário no local de trabalho e, conseqüentemente, chegarem mais tarde em casa ao fim do dia.

As famílias deslocam-se para a periferia das cidades, em busca de aluguel ou terreno mais barato, aumentando sua distância dos locais de emprego e do centro da cidade, o que leva a maior perda de tempo nos deslocamentos para o trabalho, provocando o cansaço e o desgaste físico. (SPOSITO, 1994, p.61)

A vida na periferia das cidades é muito precária, no entanto, os moradores destas áreas se dizem muito satisfeitos. Consideram o assentamento bem localizado e apenas 45% deles demonstram vontade de sair, mesmo porque, têm consciência de que hoje, não teriam condições de morar em outro lugar e, principalmente, porque possuem a garantia da casa própria. Rodrigues diz que os assentamentos são uma estratégia de sobrevivência para a população;

uma iniciativa que levanta barracos de um dia para o outro, contra uma ordem desumana e segregadora. Uma iniciativa que desmistifica o mito da apatia do povo: é apático o indivíduo que luta para sua sobrevivência, que busca resgatar sua cidadania usurpada. (RODRIGUES, 1989, p.40)

Porém, eles sabem que o assentamento precisa da implantação de alguns serviços de infra-estrutura básica para que melhore suas condições de vida. No gráfico, a seguir, apresentamos, por ordem decrescente, quais são as maiores necessidades da população.

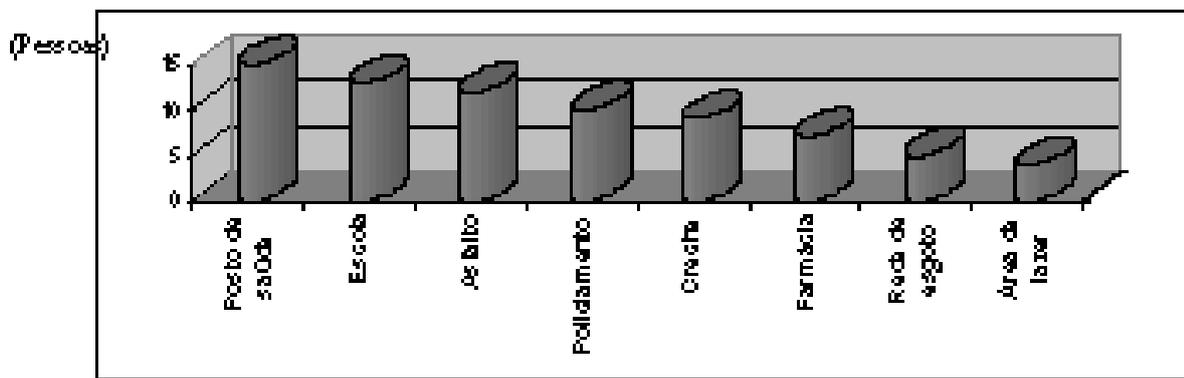
Apesar de viverem em condições subumanas, os assentados possuem alguns aparelhos domésticos, como geladeira, fogão, rádio e televisão, que lhes propiciam alguns momentos de conforto e lazer. Rodrigues (1989, p.40), legitima a posição desta população carente, quando estes deixam de pagar aluguéis, mas assumem prestações para comprar eletrodomésticos: “*e eles*” (os eletrodomésticos), “*não são também necessários para a vida na cidade, ou os pobres não têm o direito de comprar uma televisão, uma geladeira, etc.?*” A obtenção destes aparelhos faz estas pessoas se sentirem mais felizes e com um pouco mais de dignidade por possuírem algo que grande parte da população possui.

LONDRINA E SEUS REPRESENTANTES POLÍTICOS

Conforme já mencionado anteriormente, os moradores dos assentamentos, passaram por muitos deslocamentos, ou do campo para o campo, ou do campo para as cidades, ou de cidades menores para cidades maiores; deslocamentos estes sempre impulsionados por uma expectativa de melhora de vida. Sales (1996, p.89) afirma que: “*A renda é a variável determinante e a mobilidade do trabalhador se dá em função da variabilidade de renda*”. Porém, o processo de exclusão social se torna mais evidente a cada nova migração.

Em Londrina, mesmo tendo passado por muitos bairros, os entrevistados conseguiram um lugar para se fixar: os assentamentos. Esta possibilidade de não estarem mais pagando aluguéis e de terem sua “casa própria”, os fazem se sentir muito satis-

Gráfico 1. INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA AOS ASSENTAMENTOS



Fonte: Pesquisa de campo, Londrina, 1999.

Org.: Melchior e Asari

feitos na cidade e até agradecidos por terem tido esta oportunidade. Os moradores queixam-se apenas da falta de emprego que existe em Londrina e acreditam que se houvesse mais indústrias, haveria mais empregos. Porém, a existência de indústrias nem sempre é sinônimo de oferta de mão-de-obra, mesmo porque, com o progressivo processo de automatização das fábricas, há uma tendência de diminuição da demanda de pessoas para trabalhar nas indústrias e estas precisam estar cada vez mais qualificadas para exercer qualquer tipo de trabalho. Uma moradora do assentamento São Jorge afirmou que *além das indústrias a cidade precisava oferecer cursos profissionalizantes para que fossem empregadas as pessoas daqui, sem precisar trazer gente de fora.*

Há, naturalmente, uma série de obstáculos que se interpodem entre o migrante e a 'oportunidade econômica' que, em tese, a cidade industrial lhe oferece: de um lado nem sempre o migrante possui qualificações necessárias nem bagagem cultural exigida pelos novos empreendimentos; por outro lado, a insuficiência de recursos impede determinado número de migrantes de alcançar êxito na luta competitiva que se trava dentro do mercado urbano de trabalho. (SINGER, 1998, p.40)

Observa-se que 45% dos entrevistados manifestaram interesse em deixar a cidade caso tivessem uma oportunidade de voltar a morar no campo; isto porque na área rural eles poderiam plantar e criar animais, o que garantiria o seu alimento, fato que não acontece na cidade, onde tudo o que precisam é necessário ser comprado. Afirmam também que apesar do trabalho ser pesado, é satisfatório por saberem que não precisariam dispor de tanto dinheiro para sobreviverem no campo.

No entanto, estas pessoas tiveram uma origem rural e deixaram o campo por não estarem conseguindo se manter nestas áreas, ou seja, 67% dos entrevistados passaram pelo processo de exclusão social ainda no campo, por não conseguirem concorrer com o avanço tecnológico que estas áreas estavam sofrendo. Sendo assim, a possibilidade de terem um teto e não pagar aluguel representa um grande avanço. Contudo, para estas pessoas, que já passaram por tantas dificuldades, a forma como vivem hoje (para eles), está boa. Lutam apenas,

pela melhoria do seu lugar de moradia, mas, não possuem muitas esperanças de saírem dos assentamentos.

Em vista da queda do padrão de consumo básico, é viável supor que, se para muitos perdura a imagem de que a 'vida melhorou', tal avaliação é decorrente de uma impressão de participação que se dá mais no nível simbólico do que no real, fruto de uma dinâmica inerente à sociedade de massas que forja através dos meios de comunicação aquilo que pode ser designado de 'mercado de ilusões', é o mundo das vitrines, da televisão, dos painéis publicitários onde os que subiram servem de exemplo e esperança para aqueles que só podem consumir na fantasia o sucesso do estilo de vida daqueles que venceram (KOWARICK, 1993, p.50)

Por outro lado, existe a influência do governo municipal, que reforçando a ideologia da casa própria, assenta cada vez mais pessoas e as fazem acreditar que isto é o melhor que podem conseguir; como se um pedaço de terra garantisse dignidade a alguém. A atuação da Prefeitura tem reduzido o processo de favelização, com a transferência dos favelados para os assentamentos, tais como ocorreram com as sub-habitações localizadas em fundos de vale, próximas aos conjuntos habitacionais e loteamentos recém aprovados, localizados na periferia de Londrina. Sendo assim, estes assentamentos mostram-se como atrativos para as famílias de outros municípios do Norte do Paraná, provocando uma acentuação do inchaço urbano, com conseqüências para todos os setores de atividades. A implantação dos assentamentos responde, também, às pressões sociais pela habitação e também à conservação do meio ambiente, ao retirar famílias que ocuparam áreas inadequadas para a localização de habitações. Existe, ainda, um outro fator relevante na atuação da administração local, pois quanto mais assentamentos são implantados, mais aumenta a popularidade do governo. Os entrevistados demonstraram simpatia pelo prefeito atual⁶, dessa forma acaba-se criando uma relação de cumplicidade entre os governantes e os assentados, que gratos a eles por terem suas casas, comprometem-se e garantem sua presença e de seus representantes em todas as eleições. Portanto,

Os interesses políticos envolvidos na produção da moradia e do espaço urbano, como se pode perceber, são muitos e poderosos. Embora pareça natural, ou espontâneo, o crescimento urbano tem por trás de si uma lógica que é dada pelos interesses em jogo, pelo conflito entre eles e pela ação do Estado, intermediando os conflitos em cada momento histórico. (Maricato, 1997, p.48)

Este interesse da administração municipal pelos assentamentos urbanos pode ser bem evidenciado, em Londrina, uma vez que a cidade conta com um número excessivo de áreas ocupadas irregularmente e que são regularizadas pela Prefeitura, numa tentativa de cooptar a população pela possibilidade concreta da obtenção de benefícios urbanos, atrelando-os aos votos que garantam a sua permanência por mais uma gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, pudemos analisar as migrações internas relacionadas à mecanização do campo, comprovando uma das hipóteses abordadas ainda na fase inicial, a qual relacionava o inchaço urbano com o êxodo rural (intensificado a partir dos anos 70). Verificamos que 67% dos entrevistados vieram de áreas rurais e foram obrigados a deixarem os seus trabalhos no campo devido a modernização da agricultura. Singer afirma que:

Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego; e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (SINGER, 1998, p.37)

Os trabalhadores rurais entrevistados, viveram inúmeros deslocamentos, estando sempre às margens da sociedade. A baixa remuneração nos

poucos empregos que conseguiram, tornava difícil a sobrevivência, nos moldes traçados pela sociedade, nas cidades. Desta forma, tornaram-se excluídos passando por gradativos processos de depreciação de suas condições de vida.

Os moradores dos assentamentos têm consciência que nas circunstâncias econômicas atuais do país, a sua saída destas áreas é inviável; porém, não deixam de lutar pela melhoria do assentamento e de suas casas. A vitalidade aparente destas pessoas nos faz refletir sobre as condições de vida que foram impostas, pelo sistema, à população que procura formas de amenizar esta realidade. Assim,

O problema habitacional, bem como outros elementos básicos para a reprodução da força de trabalho, terá um encaminhamento na medida em que movimentos populares urbanos conectados à luta que se opera nas esferas do trabalho, puseram em xeque a forma do domínio tradicionalmente exercido pelo Estado no Brasil, onde se condensam as contradições de uma sociedade plena de desigualdades e oposições. (KOWARICK, 1993, p.74)

Notemos, também, que muito mais importante do que a criação de assentamentos urbanos, que apenas atenuam os problemas da população carente, faz-se necessário a implantação da Reforma Agrária, que garanta à população a sua sobrevivência no campo e, também, a realização da Reforma Urbana⁷, que implicaria na melhoria dos aspectos sociais urbanos.

A Reforma Urbana é necessária, porque apenas uma parte da população tem acesso à infra-estrutura, aos equipamentos e aos serviços públicos urbanos. Embora a cidade seja uma construção coletiva, apenas uns poucos tem lucro com ela, para os empresários de transporte ela é altamente rentável..

Reforma Urbana é necessária porque apenas poucos poderosos decidem sobre o crescimento das cidades, violentando seu meio ambiente. É preciso tornar as cidades mais justas e humanas. (RODRIGUES, 1989, p.63)

Pois, somente com este tipo de reforma, é que poderíamos garantir uma sociedade mais digna, em que as camadas menos favorecidas tivessem direi-

tos (não somente na Constituição) de terem vidas saudáveis, e que, não fossem lembradas apenas em períodos eleitorais (quando as obras na periferia começam a se multiplicar) somente para garantir a presença vitalícia de políticos em todas instâncias e esferas de poder.

A conquista do espaço supõe um debate e confronto, organização e reivindicação coletiva, que constituem a matéria-prima da qual se deverá construir um porvir efetivamente democrático e sem relativismos. A construção de um projeto democrático implica uma prática política que aposte na capacidade das classes ainda subalternizadas em modelar seu destino histórico e que abra caminhos necessariamente conflituosos, desbastados por processos de participação e reivindicação vigorosos e autônomos em relação aos centros de poder. Essas transformações deixarão de ter um significado meramente reformista na medida em que, no percurso dos embates, se forjarem partidos políticos que consigam aglutinar forças sociais e dar sentido e dimensão de classes às lutas que forem sendo travadas em decorrência de oposições que o sistema capitalista não é capaz de superar. (KOWARICK, 1993, p. 203)

Entendemos, portanto, que o espaço urbano possui características nitidamente segregadoras, que em função das determinações capitalistas exclui cada vez mais pessoas com baixo poder aquisitivo para áreas com condições precárias de sobrevivência e somente através de iniciativas políticas e populares esta realidade poderia ser modificada. Desta forma, este sistema segregador poderá ser alterado, proporcionando condições mínimas de existência à população carente.

NOTAS

¹ Entende-se por áreas periféricas, as localidades que apresentam índices de pobreza elevados. É importante ressaltar que não consideramos apenas as suas localizações, mas sim, os padrões sociais, pois podem existir áreas precárias nos centros das cidades e áreas de elevado padrão residencial distantes dos centros.

² A terminologia assentamentos urbanos, passou a ser utilizada pela prefeitura de Londrina, quando administrada pelo ex-prefeito, Antônio Belinatti, que foi o incentivador deste projeto na sua gestão.

³ Note-se que a maior parte das pessoas entrevistadas eram mulheres que só exerciam funções domésticas por isso não auferiam renda alguma, porém a casa era sustentada pelo marido ou filhos que trabalhavam.

⁴ A tabela 3 soma 100% com 11 pessoas porque só estão sendo consideradas as pessoas que recebem algum tipo de remuneração mensal (comparar com a tabela 2).

⁵ Entendemos por espaços vazios ou vazios urbanos, áreas pertencentes ao Estado ou áreas que são loteadas e não são regularizadas pelo poder público para tal uso.

⁶ Quando a pesquisa foi realizada, a prefeitura era administrada por Antônio Belinati, que se elegeu pela terceira vez, fruto de uma política populista que desempenha e que atrai muitos eleitores.

⁷ Estamos chamando de Reforma Urbana uma tentativa de implantação de infra-estrutura nas áreas mais carentes, ou seja, uma efetiva aplicação de recursos públicos para atender as áreas pobres. E também de propiciar aos moradores destas áreas uma autonomia e um alcance ao poder público.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000

JACOBI, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. In: *Espaços e debates. Revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo: Cortez, out/dez 82. p.53-69.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARICATO, Erminia. *Habitação e cidade*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1997.

MARTINE, George. Estado economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. *Revista brasileira de estudos populacionais*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 2ª ed.- São Paulo: Contexto, 1989

SALES, Teresa. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*-V.1. São Paulo: 2ª ed., FNUAP, 1995.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 4ª ed.- São Paulo: Hucitec, 1994

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 14ª ed.- São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSITO, Eliseu Savério. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 1994.